

A. I. N° - 233166.0105/07-1
AUTUADO - SUPER LOJÃO DO BEBÊ LTDA.
AUTUANTE - MOISÉS PEREIRA CARDOSO
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 16.04.08

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0077-04/08

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. MERCADORIA DESTINADA À CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO ESTADUAL SUSPensa. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO POR ANTECIPAÇÃO. Restou comprovado o equívoco do remetente, na indicação do CGC e da Inscrição estadual, corrigido mediante apresentação de Carta de Correção, não podendo ser apenado o estabelecimento autuado. Ademais, o estabelecimento matriz mudou o endereço para o do local autuado. Infração descaracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 30/10/2007, exige ICMS no valor de R\$2.025,20, e multa de 60% em razão da falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual suspensa.

O autuado, através de representante legal, ingressa com defesa às fls. 25 a 26, apresentando as seguintes alegações:

Que o autuante não observou que a empresa autuada, pelo fato de ter desativado sua inscrição estadual, mediante pedido de baixa da inscrição de sua filial e no mesmo local transferido a sua matriz, buscou regularizar o trânsito de mercadorias através de Carta de Correção, e a nota fiscal nº 370985 já tinha sido emitida e estava em trânsito. Cita em seu favor o Acórdão JJF nº 0404/00 e pede a improcedência da autuação.

O autuante presta a informação fiscal, fls. 37 e 38, e opina pela manutenção da autuação. Relata que o autuado só decidiu solicitar carta de correção depois que soube da apreensão das mercadorias, ou seja, a carta de correção elaborada em 24/10/2007, sete dias depois da emissão da nota fiscal nº 370985, e três dias depois do início da ação fiscal, com a lavratura do Termo de Apreensão nº 233166.0103/07-07-9 em 21/10/2007.

Ressalta a reincidência no cometimento da mesma irregularidade diante dos Termos de Apreensões nºs 210586.0060/07-0 e 152084.0036/07-0, já quitados conforme DAES nºs 702677915 e 702644264, respectivamente, assim como o Termo de Apreensão nº 219159.0067/07-0.

VOTO

O presente processo exige ICMS, relativamente à aquisição de mercadorias em outra unidade da Federação, tendo em vista que o contribuinte estava com sua inscrição estadual suspensa no CICMS/BA.

Da análise acerca dos elementos que compõem o processo, constato que o autuado efetivamente estava com sua inscrição estadual suspensa, à época da autuação, conforme comprova extrato do sistema INC da SEFAZ às fls. 16/17.

Contudo, verifico que a nota fiscal foi emitida em 17/10/2007, e a inscrição cadastral foi suspensa no dia 18/10/2007, sendo que o emitente do documento fiscal enviou a Carta de Correção, alterando a inscrição estadual e o CNPJ do destinatário, não estando caracterizado má-fé, e sendo nesta circunstância admitida pelo RICMS/97.

Também o Contrato Social, fls. 29/30, indica que a matriz passou para o endereço atuado, Av. Getúlio Vargas, 188, Centro- Feira de Santana, ficando extinta a filial. Nessa circunstância, entendo que restou comprovado o equívoco do remetente, na indicação do CGC e da Inscrição estadual, não podendo ser apenado o estabelecimento atuado.

Portanto, sendo a nota fiscal destinada ao mesmo titular, localizado no mesmo endereço, a fiscalização em momento posterior pode verificar a regularidade da operação comercial.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **233166.0105/07-1**, lavrado contra **SUPER LOJÃO DO BEBÊ LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de abril de 2008.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA - JULGADOR